

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**GABINETE DO CONSELHEIRO SUBSTITUTO**  
**CHRISTIANO LACERDA GHUERREN**

**PROCESSO:** TCE/RJ nº 242.747-9/19  
**ORIGEM:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES  
PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE MESQUITA –  
MESQUITAPREV  
**ASSUNTO:** PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO –  
2018

**DECISÃO MONOCRÁTICA GCS-3**

(Artigo 250 do Regimento Interno – TCE-RJ,  
aprovado pela Deliberação nº 338/2023)

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GESTÃO.**  
**RESPOSTA PARCIAL A DECISÃO**  
**MONOCRÁTICA. NOTIFICAÇÃO. COMUNICAÇÃO.**

Trata o presente processo da Prestação de Contas Anual de Gestão do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, relativa ao exercício de 2018, sob a responsabilidade do Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Presidente, à época.

Em 09/01/2023, proferi decisão Monocrática vazada nos seguintes termos:

***I – Pelo CANCELAMENTO do CERTIFICADO DE REVELIA n.º 528/2022;***

***II – Pela COMUNICAÇÃO ao Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, no exercício de 2018, nos termos do art. 26 c/c art. 34-A do Regimento Interno deste Tribunal, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da presente decisão plenária, apresente os documentos e esclarecimentos discriminados no Relatório deste Voto, alertando-o para o que prevê o artigo 63 da Lei Complementar nº 63/90, em caso de não atendimento a decisão desta Corte.***

Em resposta, o responsável apresentou os esclarecimentos e documentos constantes dos Docs. nºs 2.746-2/2023, 2.748-0/2023 e 2.744-4/2023.

Após análise dos elementos apresentados, a Coordenadoria de Auditoria de Contas de Gestão – CAC-GESTÃO, em instrução de 31/05/2023, sugere o seguinte:

***I - NOTIFICAÇÃO ao Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, no exercício de 2018, com fulcro no art. 15, inciso II do Regimento Interno desta Corte de Contas (aprovado pela Deliberação TCE-RJ n.º 338/2023), para que apresente razões de defesa, juntando documentação comprobatória, para os seguintes fatos:***

*1 – Quanto à emissão de demonstrativos contábeis, com dados posicionados em 31/12/2018, divergentes referentes ao MESQUITAPREV, dos quais destacamos os mais expressivos constantes dos principais demonstrativos utilizados para análise, conforme quadro a seguir, evidenciando a fragilidade dos controles contábeis daquele Instituto e a ausência de fidedignidade dos dados constantes dos referidos demonstrativos:*

#### QUADRO COMPARATIVO

	Balanços Orçamentários		Divergência R\$
	(Fls. 21) R\$	Fls. 180-194 (EXTRAÍDOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DE 2018 - PROCESSO TCE n.º 210.128-7/19) R\$	
Receita arrecadada	31.951.762,74	28.668.168,40	3.283.594,34
Despesa Realizada	4.117.888,69	6.508.232,61	2.390.343,92
Saldos de RP Não Processados	7.883,99	5.805,88	2.078,11
Saldo de RP Processados e Não Processados Liquidados	5.724,91	1.998,80	3.726,11
Balanços Financeiros			
	Fls. 22 R\$	Fls. 180-194 R\$	
Receita Orçamentária	31.951.762,74	28.668.168,40	3.283.594,34
Despesa Orçamentária	4.117.888,69	6.508.232,16	2.390.343,47
Recebimentos Extraorçamentários	4.176.311,08	2.890.368,35	1.285.942,73
Pagamentos Extraorçamentários	13.303.214,22	335.694,12	12.967.520,10
Transferências Financeiras Concedidas/Interferências Financeiras	6.356.375,14	7.630.084,63	1.273.709,49
Saldo para o Exercício Seguinte	122.890.315,70	125.753.471,24	2.863.155,54
Balanços Patrimoniais			
	Fls. 23	Fls. 180-194 R\$	
PL	91.853.607,19	80.774.441,38	11.079.165,81
Demonstrativos das Variações Patrimoniais			
	Fls. 20	Fls. 180-194 R\$	

Resultado Patrimonial do período	38.878.485,35	27.963.747,62	<b>10.914.737,73</b>
----------------------------------	---------------	---------------	----------------------

2 – Quanto à ausência do Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras elaborado em 2018 (contendo Quadro Principal) conforme Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ n.º 277/17, objetivando evidenciar, de forma resumida, as conciliações bancárias efetuadas à época que ensejaram o saldo das disponibilidades registrados nos Balanços Financeiro e Patrimonial (fls. 22-23) no montante de R\$122.890.315,70.

3 - Quanto à divergência na ordem de R\$16.409,07, entre a inscrição em restos a pagar processados registrada no Balanço Financeiro no valor de R\$361.466,22, e o apurado com base na Tabela 2 - Execução Orçamentária da Despesa R\$377.875,29 (Questão Normativa 4.2 da presente instrução).

4 - Com relação à divergência, na ordem de R\$1.870.774,53, entre o saldo do exercício anterior, constante do Balanço Financeiro de fl. 22, no montante de R\$110.539.719,93 e o saldo para o exercício seguinte registrado no BF 2017 (processo TCE-RJ n.º 227.279-1/18), de R\$108.668.945,40 (Questão Normativa 5.3 da presente instrução).

5 – Quanto ao fato de o Anexo 17, às fls. 31-32, registrar o montante de R\$395.014,60, divergente do registrado no Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial, à fl. 23, de R\$4.998.399,84. (Questão Normativa 5.10 da presente instrução).

6 – No tocante à ausência de informação quanto à composição do valor registrado na rubrica “Ajuste de Exercícios Anteriores” de R\$242.582,25, no Balanço Patrimonial de fl. 23.

7 – Quanto à ausência de cópia da Certificação dos responsáveis pela gestão dos recursos do MESQUITAPREV, no exercício de 2018, na forma estabelecida pela Portaria MPS nº 519/2011.

8 – em relação à ausência de declaração do Gestor, referente ao exercício de 2018, informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, caso encontradas em relatório de auditoria realizada pelo controle interno, conforme item 16 do Anexo II da Deliberação TCE-RJ nº 277/17.

9 – Com relação à ausência do Certificado de Auditoria, com parecer conclusivo sobre as contas, devidamente assinado por contabilista registrado no CRC – Conselho Regional de Contabilidade.

**II - NOTIFICAÇÃO** aos Sr. Eliel Fernandes da Silva, responsável pela contabilidade do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV no exercício de 2018, com fulcro no art. 15, inciso II do Regimento Interno desta Corte de Contas, para que apresente razões de defesa, **juntando documentação comprobatória**, para os seguintes fatos:

1 – Quanto à emissão de demonstrativos contábeis, com dados posicionados em **31/12/2018**, divergentes referentes ao MESQUITAPREV, dos quais destacamos os mais expressivos constantes

dos principais demonstrativos utilizados para análise, conforme quadro a seguir, evidenciando a fragilidade dos controles contábeis daquele Instituto e a ausência de fidedignidade dos dados constantes dos referidos demonstrativos:

**QUADRO COMPARATIVO**

	Balancos Orçamentários		Divergência R\$
	(Fls. 21) R\$	Fls. 180-194 (EXTRAÍDOS DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DE 2018 - PROCESSO TCE n.º 210.128-7/19) R\$	
Receita arrecadada	31.951.762,74	28.668.168,40	<b>3.283.594,34</b>
Despesa Realizada	4.117.888,69	6.508.232,16	<b>2.390.343,47</b>
Saldos de RP Não Processados	7.883,99	5.805,88	<b>2.078,11</b>
Saldo de RP Processados e Não Processados Liquidados	5.724,91	1.998,80	<b>3.726,11</b>
<b>Balancos Financeiros</b>			
	Fls. 22 R\$	Fls. 180-194 R\$	
Receita Orçamentária	31.951.762,74	28.668.168,40	<b>3.283.594,34</b>
Despesa Orçamentária	4.117.888,69	6.508.232,16	<b>2.390.343,47</b>
Recebimentos Extraorçamentários	4.176.311,08	2.890.368,35	<b>1.285.942,73</b>
Pagamentos Extraorçamentários	13.303.214,22	335.694,12	<b>12.967.520,10</b>
Transferências Financeiras Concedidas/Interferências Financeiras	6.356.375,14	7.630.084,63	<b>1.273.709,49</b>
Saldo para o Exercício Seguinte	122.890.315,70	125.753.471,24	<b>2.863.155,54</b>
<b>Balancos Patrimoniais</b>			
	Fls. 23	Fls. 180-194 R\$	
PL	91.853.607,19	80.774.441,38	<b>11.079.165,81</b>
<b>Demonstrativos das Variações Patrimoniais</b>			
	Fls. 20	Fls. 180-194 R\$	
Resultado Patrimonial do período	38.878.485,35	27.963.747,62	<b>10.914.737,73</b>

**III – pela COMUNICAÇÃO** ao atual gestor Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 125 da Constituição Estadual do Rio de Janeiro, para que tome CIÊNCIA dessa decisão e, no prazo a ser estipulado pelo Plenário, contados da data da solicitação protocolada pelos responsáveis, **FRANQUEIE O ACESSO** dos **Srs. Murilo Sanches Rodrigues** e **Eliei Fernandes da Silva** às documentações contábeis necessárias à comprovação dos elementos instados nos autos.

O douto Ministério Público de Contas, representado pelo Procurador Sergio Paulo de Abreu Martins Teixeira, em parecer datado de 06/06/2023, manifesta-se no mesmo sentido do proposto pelo Corpo Instrutivo.

## É o Relatório.

Inicialmente, registro que atuo nestes autos em virtude de convocação promovida pela Presidência desta Egrégia Corte de Contas, em Sessão Plenária de 17/04/2018.

Ao proceder ao reexame dos autos, tendo em vista a resposta apresentada, a CAC-GESTÃO manifesta-se da seguinte forma:

(...)

*ANÁLISE: verifica-se que o implicado alega, em síntese, que não havia encaminhado os documentos inicialmente analisados, inferindo-se que os documentos enviados nesta oportunidade (fls. 473 e 475-518, 520-570) são os corretos.*

*Ocorre que a análise inicial pautou-se nos documentos anexados às fls. 180-194, extraídos da PCGOV 2018, por entender que esta apresentava dados mais consistentes, não tendo sido considerados os documentos inicialmente encaminhados pelo Sr. Murilo Sanches Rodrigues, o que discorreremos mais pormenorizadamente em momento oportuno.*

*Nada obstante, considerando que foram reencaminhados, nesta oportunidade, os documentos contábeis e extracontábeis (fls. 473 e 475-518, 520-570), necessário se faz efetuar o confronto de tais documentos encaminhados pelo Sr. Murilo Sanches Rodrigues com os inicialmente encaminhados (fls. 02-179), conforme quadro a seguir:*

(...)

*Com base no Quadro Comparativo elaborado acima, verifica-se que os documentos extracontábeis ora encaminhados são, em sua grande maioria, cópias daqueles inicialmente encaminhados, com exceção dos documentos de fls. 487-490, 503 e 509, que apresentam informações mais detalhadas que, no entanto, não alteram o mérito das análises efetuadas até o momento, com relação a tais documentos extracontábeis.*

*Outrossim, os únicos demonstrativos que apresentam informações novas, a saber, os demonstrativos de fls. 504 e 507, não evidenciaram impropriedades/irregularidades, conforme discriminado na **nota 2** constante do Quadro.*

*Em suma, os documentos extracontábeis (pareceres, relatórios e demonstrativos extracontábeis) ora encaminhados **não** atendem aos questionamentos suscitados constantes dos **itens 1 a 6 (documentos)** pendentes e aos **itens 1 e 3 (esclarecimentos)**.*

*No tocante ao envio dos demonstrativos contábeis, que afeta a análise do **item 2 (esclarecimentos)**, **subitens 2.1 a 2.6**, cabe tecermos os seguintes comentários:*

*Verifica-se que os demonstrativos contábeis encaminhados pelo Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Gestor do MESQUITAPREV em 2018, constantes das fls. 505, 508, 511, 516-517, 522, 524, 526-527, 529, havam sido encaminhados inicialmente (conforme fls. 06-33 e apontado no quadro comparativo). Contudo, constatou-se que estes apresentavam*

inconsistências, conforme instrução inicial de fls. 11/08/2020 (fl. 199), razão pela qual recorreu-se aos demonstrativos do MESQUITAPREV encaminhados na Prestação de Contas de Governo de 2018 (processo TCE-RJ n.º 210.128-7/2019), os quais foram anexados às fls. 180-194, sendo as análises iniciais efetuadas com base nestes últimos demonstrativos.

Após a análise com base nos documentos extraídos da PCGOV, os questionamentos suscitados na instrução de 11/08/2020 foram efetuados mediante OFÍCIO SANEADOR PRS/SSE/CGC 2091/2020 (fl. 220).

Em resposta, o Sr. Leandro Machado Ferreira, Diretor Presidente do MESQUITAPREV em 2020, encaminhou, dentre outros documentos, os **demonstrativos contábeis anexados às fls. 228-273**, assinados por este e pela Sr.<sup>a</sup> Renata Reis Alves, Analista Contábil (sem identificação de CRC). Tais demonstrativos contábeis, **ratificaram** a maioria dos saldos evidenciados nos demonstrativos de fls. 180/194 (extraídos da PCGOV e considerados na análise inicial), porém também apresentaram algumas inconsistências, e ainda, divergências com aqueles inicialmente considerados, apontadas na **instrução de 04/11/2021** (fls. 367-388), mormente no Balanço Financeiro (divergências nas contas de interferências financeiras, resultando em novo saldo das disponibilidades apurado, discorrido no item 2 da instrução retrocitada) e, no tocante ao Balanço Patrimonial (inconsistências nos valores da coluna 'exercício anterior' com o verificado no Balanço Patrimonial de 2017, bem como divergências de registros entre o Balanço Patrimonial e a DVP e na apuração do PL e do saldo patrimonial, conforme apontado às fls. 371-374 da instrução, ensejando os questionamentos constantes do item 2 (subitens 2.1 a 2.6), objeto da presente análise.

Cabe ainda pontuar as seguintes informações prestadas pelos Srs. Leandro Machado Ferreira (gestor do Instituto em 2020) e pela Sr.<sup>a</sup> Renata Reis Alves, (Analista Contábil do MESQUITAPREV em 2020), conforme Nota Explicativa de fls. 258-259, 264 e 268/269:

(...)

Portanto, verifica-se que os demonstrativos encaminhados pelo Sr. Leandro Machado Ferreira, Gestor do Instituto em 2020 **não espelham efetivamente os saldos em 31/12/2018**, pois conforme afirma, foram feitos diversos acertos (ajustes contábeis) ao longo de 2019 e 2020, evidenciando a emissão de **novo** demonstrativo contábil, após o encerramento do exercício em questão, em desacordo com a Resolução CFC nº 1330/11 a qual aprova a ITG 2000.

Cabe ainda destacar os seguintes pontos:

✓ O Relatório de Controle Interno (fls. 283-291) evidencia que as análises foram efetuadas com base nos demonstrativos contábeis inicialmente encaminhados (fls. 06-33) e não considerados na instrução inicial, tendo em vista que apresenta quadro resumo da execução orçamentária (fl. 285), baseada nos dados do Balanço Orçamentário e Financeiro de fls. 21-22.

✓ Os demonstrativos extraídos da prestação de Contas de Governo (fls. 180-194), que serviu de base para a análise inicial também **não se encontram assinados pelo Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Gestor do MESQUITAPREV em 2018, embora assinados pelo Responsável pela Contabilidade em 31/12/2018 (Sr. Eliel Fernandes da Silva, CRC 119.241-O3 (vide ainda cadastros de fls. 224-225), e pelo Prefeito do Município.**

Diante de tais fatos, entendemos que deva ser retomada a análise da execução orçamentária, financeira e patrimonial das presentes contas, tendo por base os demonstrativos elencados às fls. 06-33, assinados pelo gestor do Instituto de Previdência em 2018 e pelo contador responsável à época.

Nada obstante, entendemos, S.M.J., que os Srs. Murilo Sanches Rodrigues, gestor do MESQUITAPREV durante todo o exercício de 2018 e o Sr. Eliel Fernandes da Silva, responsável pela Contabilidade do Instituto de Previdência no exercício de 2018 e subscritor de ambos os demonstrativos, deverão ser questionados quanto à emissão de demonstrativos contábeis com dados divergentes, a saber, aqueles constantes às fls. 06-33, e aqueles apresentados na PCGOV 2018, anexados nos presentes autos em 16/07/2020 nominado DEM CONTÁBEIS MESQUITA, (fls. 180-194), sendo, ainda, estes responsáveis pelo controle dos dados contábeis do Instituto e consequente confecção dos referidos demonstrativos, questionamento que será efetuado na Proposta de Encaminhamento.

Feitas as considerações pertinentes, iremos retomar à análise dos tópicos 04, 05 e 06, conforme a seguir:

#### 4 - DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Da análise dos elementos apresentados, foi observada a seguinte composição no período.

**Tabela 1 - Execução Orçamentária da Receita**

Descrição	Valor (R\$)
(A) Receita Prevista (atualizada)	27.510.180,00
(B) Receita Arrecadada	31.951.762,74
<b>(C) Superavit de Arrecadação (B-A)</b>	<b>4.441.582,74</b>

Fonte: Balanço Orçamentário, fl. 21.

**Tabela 2 - Execução Orçamentária da Despesa**

Descrição	Valor (R\$)
(A) Dotação Atualizada	21.641.498,95
(B) Despesa Realizada/Despesa Empenhada	4.117.888,69
<b>(C) Economia Orçamentária (A-B)</b>	<b>17.523.610,26</b>
(D) Despesa Liquidada	4.117.888,69
(E) Despesa Paga	3.740.013,40
<b>(F) Restos a Pagar não processados (B-D)</b>	<b>0,00</b>
<b>(G) Restos a Pagar processados (D-E)</b>	<b>377.875,29</b>

Fonte: Balanço Orçamentário, fl. 21.

A movimentação financeira decorrente da execução orçamentária se representa conforme quadro a seguir:

**Tabela 3 - Resumo da Movimentação Financeira decorrente da Execução Orçamentária**

Descrição	Valor (R\$)
(A) Receita Arrecadada	31.951.762,74
(B) Despesa Empenhada	4.117.888,69
(C) Transferências Financeiras Líquidas *	0,00
<b>(D) Superavit (A-B) + C</b>	<b>27.833.874,05</b>

Fonte: Balanços Orçamentário e Financeiro, fls. 21-22

**Nota:** o valor de R\$6.356.375,14 registrada a título de Transf. Financeiras Concedidas, refere-se a ajustes para perdas de investimentos e aplicações temporárias; conforme discorrido no tópico 5, razão pela qual não foi considerada na tabela acima.

(...)

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos,

constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
4.2	Consta a inscrição em restos a pagar processados no Balanço Financeiro no valor de R\$361.466,22, divergente do apurado com base na Tabela 2 - Execução Orçamentária da Despesa R\$377.875,29, na ordem de R\$16.409,07. <b>Deverá ser objeto de questionamento na conclusão.</b>

## 5 - DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

Da análise dos elementos apresentados, foi observada a seguinte composição no período:

Tabela 4 - Balanço Financeiro	
Descrição	Valor (R\$)
<b>Saldo do Exercício Anterior (A)</b>	110.539.719,93
Receita Orçamentária	31.951.762,74
Transferência Financeira Recebida	0,00
Recebimentos Extraorçamentários	4.176.311,08
Despesa Orçamentária	4.117.888,69
<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	6.356.375,14
Pagamentos Extraorçamentários	13.303.214,22
<b>Saldo para o Exercício Seguinte (B)</b>	<b>122.890.315,70</b>
<b>Resultado Financeiro do Exercício (B) - (A)</b>	<b>12.350.595,77</b>

Fonte: Balanço Financeiro, fl. 22

**Nota:** constata-se o valor de R\$ 6.356.375,14, a título de transferências concedidas. Ao compulsarmos o Balanço Financeiro ajustado encaminhado em 2020, anexado às fls. 248/249 e o Balancete de fl. 230, verificamos que tal valor (ajustado para R\$7.708.928,22), refere-se a 'ajustes para perdas de investimentos e aplicações temporárias'. Portanto, a despeito do valor ajustado naquele Balanço Financeiro, o fato gerador foi o mesmo e foi analisado naquela instrução, onde se constatou o seguinte:

Todavia, o referido registro está em desacordo com o MCASP que prevê o registro no Balanço Patrimonial da conta "AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTO E APLICAÇÕES" (reduzora de investimentos), com reflexos no Demonstrativo das Variações Patrimoniais, e não no Balanço Financeiro. Tal impropriedade deverá ser considerada na ocasião do julgamento das contas, haja vista que não cabe retificação de Balanço já encerrado, conforme Resolução CFC nº 1.179/2009.

Verifica-se outrossim, que o referido valor foi omitido na rubrica 1.1.4.9 constante do Balancete de 31/12/2018 de fl. 08, tendo sido ajustado no Balancete posteriormente encaminhado à fl. 230.

Portanto, deverá ser objeto de **IMPROPRIEDADE E DETERMINAÇÃO** o registro equivocado no Balanço Financeiro da conta "AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTO E APLICAÇÕES" (reduzora de investimentos), bem como a omissão, no balancete de 2018 (fl. 08), do referido valor a débito.

(...)

Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
5.3	<p>O saldo do exercício anterior, no montante de R\$110.539.719,93 encontra-se divergente em <b>R\$1.870.774,53</b> do registrado no BF 2017, R\$108.668.945,40.</p> <p>A nota explicativa de fl. 25-30 não faz qualquer comentário quanto a tal divergência.</p> <p><b>Deverá ser objeto de questionamento na conclusão.</b></p>
5.4 5.5 5.6 5.7	<p>O Quadro Auxiliar das Disponibilidades Financeiras enviado <u>não possui o Quadro Principal</u>, em inobservância ao Modelo 2 da Deliberação TCE/RJ nº 277/17, <u>impossibilitando as análises das questões normativas pertinentes</u>. <b>A referida IMPROPRIEDADE será novamente levada à conclusão, ressaltando que já foi objeto de questionamento.</b></p>
5.8	<p>A baixa (por pagamento) de Restos a Pagar Processados evidenciada no Balanço Financeiro de R\$47.610,40 encontra-se divergente do registrado no Anexo ao BO (fl. 21), de R\$48.127,00. Considerando a pequena divergência, na ordem de R\$516,60, consideramos que a referida impropriedade possa ser considerada como <b>IMPROPRIEDADE/RESSALVA</b> no julgamento das contas.</p>
5.10	<p>O Anexo 17, às fls. 31-32, registra o montante de R\$395.014,60, divergente do registrado no Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial, à fl. 23, de R\$4.998.399,84. <b>Tal IMPROPRIEDADE será levada à conclusão.</b></p>
OUTRAS QUESTÕES	<p>Vale ressaltar as inconsistências apurados na Nota Explicativa anexada às fls. 258/271, em <b>05/10/2020</b>, pela Sr.<sup>a</sup> Renata Reis, contadora do Instituto em 2020, registrando diversas inconsistências de 2018 nas contas CEF 5-6, CEF 17-0 e BB 5838-6, regularizadas naquele exercício (2020). Consta ainda informação, no Quadro de fls. 268-269, onde informa que, após correções, o saldo correto das disponibilidades em 31/12/2018 a ser evidenciado no Balanço Patrimonial, deveria ser de <b>R\$120.137.311,21</b>.</p> <p>Complementa, ainda, a Sr.<sup>a</sup> Renata Reis que foram feitos ajustes em 2019, porém não há registro de movimentação na conta ajuste de exercícios anteriores na respectiva prestação de contas – Processo TCE-RJ n.º 225.341-3/2020 – balancete analítico – fl. 110</p> <p>Tal fato deverá ser objeto de <b>IMPROPRIEDADE/RESSALVA</b> no julgamento das contas.</p>

## 6 - DO PATRIMÔNIO E SUAS VARIAÇÕES

*Da análise dos elementos apresentados, foi observada a seguinte composição no período:*

Tabela 5 - Balanço Patrimonial			
Descrição	R\$	Descrição	R\$
Ativo Circulante	209.928.835,21	Passivo Circulante	4.766.716,23
Ativo Não Circulante	0,00	Passivo Não Circulante	113.308.511,79
		Patrimônio Líquido	91.853.607,19
<b>Total</b>	<b>209.928.835,21</b>	<b>Total</b>	<b>209.928.835,21</b>
Ativo Financeiro	122.890.312,70	Passivo Financeiro	4.498.399,84
Ativo Permanente	87.038.522,51	Passivo Permanente	113.576.828,18
<b>Saldo Patrimonial</b>			<b>91.853.607,19</b>
<b>Resultado Financeiro (Ativo Financeiro – Passivo Financeiro)</b>			<b>118.391.912,86</b>

Fonte: Balanço Patrimonial – fls.23

Tabela 6 - Conferência do Patrimônio Líquido - PL	
Variações Patrimoniais Quantitativas	Valor (R\$)
Variações Patrimoniais Aumentativas	57.034.141,29
Variações Patrimoniais Diminutivas	18.155.655,94
<b>Resultado Patrimonial do Período (A)</b>	<b>38.878.485,35</b>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PL	
Resultado Acumulado do Exercício Anterior (B)	52.810.693,78
Ajustes de exercícios Anteriores (C)	242.582,25
Resultado Acumulado Apurado (D) = (A+B+C)	91.931.761,38
<b>Total do Patrimônio Líquido Apurado (D)</b>	<b>91.931.761,38</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido (Extraído BP) (E)</b>	<b>91.853.607,19</b>
<b>Diferença (F)= (D)-(E)</b>	<b>78.154,19</b>

Fonte: Balanço Patrimonial - fls. 23 DVP - fls.20 – TCE-RJ nº 227.279-1/18 – PCA do exercício de 2017.

Tabela 7 - Conferência do Saldo Patrimonial - Lei Federal nº 4.320/64	
Descrição	Valor (R\$)
(A) Patrimônio Líquido - BP	91.853.607,19
(B) <b>SALDO</b> de Restos a Pagar Não Processados a Liquidar em 31/12	7.883,99
(C) Saldo Patrimonial Apurado (A) - (B)	91.845.723,20
(D) Saldo Patrimonial Evidenciado no Balanço Patrimonial	91.853.607,19
<b>Diferença (E)= (C) - (D)</b>	<b>-7.883,99</b>

Fonte: Balanço Patrimonial – fls.23 - Anexo I do BO, fl. 21 e BF, fl. 22.

(...)

*Em face das verificações realizadas na documentação que integra os autos, constata-se:*

Nº QUESTÃO NORMATIVA	DESCRIÇÃO
<b>6.3</b>	Verificamos que a divergência decorre de não ter sido considerado, no cálculo do resultado acumulado do ex. anterior os 'ajustes de exercícios anteriores de <b>2017</b> ', no valor de <b>R\$78.154,19</b> , em desacordo com o BP 2017 (fl. 75 do proc. TCE-RJ nº 227.279-1/18 – PCA DO EXERC.2017). Deverá ser objeto de <b>IMPROPRIEDADE/RESSALVA</b> no julgamento das contas
<b>6.5</b>	O Saldo Patrimonial registrado na coluna "exercício anterior" de R\$52.810.693,76 (fl.23) <b>não é compatível</b> com o seu saldo constante da prestação de contas do exercício anterior de R\$52.754.682,77, conforme processo TCE-RJ nº 227.279-1/18, resultando numa divergência na ordem de <b>R\$56.010,99</b> . Entendemos que, ante o pequeno valor da divergência apurado, poderá tal falha ser objeto de <b>IMPROPRIEDADE/RESSALVA</b> no julgamento das contas
<b>6.6</b>	O Saldo Patrimonial apurado diverge do registrado no Balanço Patrimonial, conforme <b>Tabela 7</b> , evidenciada acima. A referida divergência de <b>R\$7.883,99</b> é exatamente o saldo de RPNP em 31/12/2018 (conforme Anexo do BO fl. 21), portanto decorre do fato de não ter sido considerado no Passivo Financeiro o referido valor. Logo, tal divergência deverá ser objeto de <b>IMPROPRIEDADE/RESSALVA</b> no julgamento das contas.
<b>6.7</b>	Não foi evidenciada a composição e apresentada Nota Explicativa quantos aos valores registrados nas rubricas "Ajuste de Exercícios Anteriores" de R\$242.582,25 (fl.23). <b>A referida impropriedade será levada à conclusão.</b>
<b>6.8</b>	Não foi encaminhado o referido Quadro, Anexo ao Balanço Patrimonial. Contudo, entendemos que tal falha possa ser objeto de <b>IMPROPRIEDADE/RESSALVA</b> no julgamento das contas.

(...)

*Cabe salientar que grande parte das solicitações efetuadas, mormente no tocante aos documentos faltantes, **não foram atendidas pelo então gestor**. Considerando tal fato e o tempo decorrido, cuidamos deva ser este notificado para apresentar razões de defesa.*

Pelo exposto e examinado, uma vez que a documentação apresentada pelo responsável se mostrou insuficiente para o saneamento dos autos,

manifesto-me **DE ACORDO** com as proposições do Corpo Instrutivo, corroboradas pelo douto Ministério Público de Contas, e

**DECIDO:**

**I - Pela NOTIFICAÇÃO** do Sr. Murilo Sanches Rodrigues, Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita - MESQUITAPREV, no exercício de 2018, nos termos do art. 15, inciso II, c/c art. 30 do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 338/2023, para que, **no prazo de 15 (quinze) dias**, apresente razões de defesa quanto aos fatos apontados pelo Corpo Instrutivo, discriminados no Relatório deste Voto, sendo alertado quanto às sanções previstas no art. 63 da Lei Complementar Estadual nº 63/90, em caso de não atendimento a decisão desta Corte;

**II - Pela NOTIFICAÇÃO** do Sr. Eliel Fernandes da Silva responsável pela contabilidade do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV, no exercício de 2018, nos termos do art. 15, inciso II, c/c art. 30 do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 338/2023, para que, **no prazo de 15 (quinze) dias**, apresente razões de defesa quanto aos fatos apontados pelo Corpo Instrutivo, discriminados no Relatório deste Voto, sendo alertado quanto às sanções previstas no art. 63 da Lei Complementar Estadual nº 63/90, em caso de não atendimento a decisão desta Corte;

**III - Pela COMUNICAÇÃO** ao atual Gestor do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Mesquita – MESQUITAPREV, nos termos do art. 15, inciso I, do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE-RJ nº 338/2023, para que tome ciência da presente decisão plenária, viabilizando o acesso dos responsáveis notificados à documentação necessária ao atendimento a esta Corte.

GCS-3,

**CHRISTIANO LACERDA GHUERREN**  
**Conselheiro Substituto**